PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE
Rua Cel. Pires Barbosa, 184 – Centro – Guaratinguetá – SP – CEP 12500-290.
E-mail: comus@guaratinguetá.sp.gov.br Tel.: (12) 3132-2357

ATA DA 396ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ás nove horas e vinte e nove minutos, do dia vinte e nove de junho de dois mil e vinte três, reuniram- se no "Grupo da Fraternidade Irmão Altino" sito à Rua Álvares Cabral, nº 381 – Campo do Galvão, os membros deste conselho com a presença de quinze membros, sendo treze titulares e dois suplentes. Com a palavra a presidente Maria Cecília desejou bom dia a todos, agradeceu a presença e deu início à reunião e fez a leitura resposta do ofício 33/2023 de vinte de junho, solicitado pela comissão de visitas, referente ao protocolo de atendimento do CEO. Com a palavra o conselheiro Sidney Higino questionou o horário de funcionamento do CEO. Com a palavra a presidente Maria Cecília respondeu que no CEO o atendimento é de segunda á sexta feira, das sete horas às vinte horas e sábado, domingo e feriado o atendimento é feito na UPA até às dezenove horas. Fez a leitura do ofício 253/2023/SMS referente à implementação do projeto CEJUSC- Saúde do Município de Guaratinguetá. Com a palavra a secretária Maristela Macedo desejou bom dia e acrescentou que existe uma parceria COSENS, tribunal de justiça, secretaria do estado em que existe um fórum permanente de discussão sobre a questão da judicialização da saúde, é comandada pela Dra. Vera, desembargadora de São Paulo e o tribunal de justiça, com uma proposta com a finalidade de diminuir demanda desnecessária ao judiciário de facilitar a vida do usuário do SUS e do advogado, desenvolveu uma plataforma, onde o pedido da medicação será inserido e a plataforma vai direcionar o pedido para o ente federado que é responsável por aquela medicação. Então, se quero uma medicação que é da atenção básica, virá para o município, se a medicação for de alto custo, componente especializado é direcionado para o governo estadual ou federal. Guaratinguetá aderiu, pois fez parte do piloto desse projeto e todos nós assumimos o compromisso de responder em setenta e duas horas e indicamos uma pessoa responsável por essa resposta objetiva e resolutiva. Se tiver a medicação o paciente retira, caso não tenha e se o poder judiciário julgar que o prazo que a pessoa está propondo a resolver é razoável pede se para aguardar, se não, judicializa. A plataforma está funcionando e como fazemos parte deste comitê, coube a nós divulgar amplamente. Com a palavra a presidente Maria Cecília abriu para questionamento e não havendo deu continuidade comunicando os conselheiros e fazendo a posse de três novos conselheiros. O sindicato dos trabalhadores rurais de Guaratinguetá solicitou troca em seus representantes tendo como titular a Sr.ª Maria Claudete Lopes Pereira e suplente a Sra. Ana de Sousa Guerra Gomes dando a elas a posse como conselheira. Aproveitou e informou que a Associação Paulista de Cirurgião Dentista indicou a Sra. Carla Cristiane de Souza Araújo como representante titular e fez a posse da mesma. Dando continuidade colocou em aprovação a ata da trecentésima nonagésima quinta reunião ordinária deste conselho e foi aprovada por unanimidade. **Informes do Gestor:** Com a palavra a secretária Maristela Macedo informou que não é a primeira e nem segunda vez que existe um questionamento do tribunal de contas da não participação de nenhum conselheiro em curso preparatório de qualificação. Tentamos justificar esse questionamento, enviando todos os comunicados que encaminhamos ao conselho dos cursos desde a época da pandemia e não foi aceito. Deixou que encontra se com o relatório e informou que isso compromete a efetividade do conselho e sua capacidade de contribuir na formulação e acompanhamento das políticas públicas do município. Alegou que trouxe ao pleno para pedir se possível participem dos treinamentos que são online, e quem participar, por favor, comunique a secretaria de saúde, para a próxima vistoria ter isso formalizado, frisando a necessidade de cumprir esse requisito do tribunal de contas. Comunicou que o próximo informe seria de um assunto muito debatido, muito polemizado e todos os debates aqui realizados foram formalizados por um vereador da câmara municipal ao tribunal de contas da união. Colocou que ela Maristela Macedo, como secretária de saúde, a Bianca Muller como subsecretária e André Monteiro

como gestor, prestaram todos os esclarecimentos sobre convênio SAMU e convênio termo aditivo, deixando estar em mão o parecer final do tribunal de contas. Algumas vezes fala que a afirmativa é descabida e outras julgam improcedentes e o parecer final diz: "assim sendo nos termos do artigo duzentos e quatorze do regimento interno com fundamento no artigo segundo, julgo improcedente a representação". Deixou uma cópia do documento com a mesa diretora desse conselho caso queiram acesso. Então novamente tramitado, julgado em duas instâncias tribunal e na justiça comum a questão do SAMU, afirmou que sendo assim cessa essa história. Acrescentou que o contrato foi prorrogado por quatro meses para renovação, terá novamente uma licitação e veremos quem vai ser o ganhador. Explanou que com relação a dengue o município se mantém conforme esperado num declínio, devido também ao período de inverno. Com a palavra o conselheiro José Eduardo Marques acrescentou que existe a sala de situação municipal sobre dengue, trazendo os números de arbovirose no munícipio e abrimos para toda comunidade para que se tenha ciência do que está acontecendo e como está à situação e também para que possam contribuir com o nosso trabalho, o que pode ser feito em seu setor para nos ajudar a combater a dengue. A preocupação atual do município é que a cidade vizinha Potim está vivenciando uma epidemia de Dengue, Chikugunya e Zica. Tendo setenta casos confirmados de chikungunya, dois mil e cem casos de dengue no município do Potim. Guaratinguetá tem trezentos e quatorze casos positivos de dengue. No final do mês foi feito com a Dra. Maria Ângela um treinamento sobre chikugunya para a equipe da atenção básica para estarem atentos a diferença dos sintomas. A secretária Maristela Macedo, manifestou seu orgulho com a equipe de combate a dengue de Guaratinguetá, pois todas as vezes que mostram os indicadores, Guaratinguetá cumpre com honra seu papel, ressaltando que para combater a dengue precisa da participação e colaboração da população, pois o maior problema encontra se intradomiciliar. Precisamos da adesão popular, pois toda medida do governo esta sendo tomada devidamente. Com relação aos médicos, foi feito o contato em Brasília, com o responsável pelo programa Mais Médico pelo Brasil, e chegou essa semana o médico substituto para a unidade de saúde do Pingo de Ouro. A médica pelo programa Mais Médico pelo Brasil estava num período de ainda sessenta dias para reposição, mas que ela estava cotada. Foi feito a adesão dos médicos no cofinanciamento, porém descobri que temos mais cinco vagas para médicos dentro desse programa, então nessa atualização que o ministério fez, apesar de Guaratinguetá ter um índice de vulnerabilidade muito baixo, conseguimos mais cinco vagas, cujo edital sairá agora dia primeiro de julho e as vagas serão preenchidas. Com a palavra a conselheira Silvana Carneiro desejou bom dia a todos e explanou que a unidade de saúde da Rocinha está com um projeto juntamente com a Dra. Natália, que inscreveu os pacientes asmáticos em um projeto e foi selecionado, a Universidade do Sul, veio até a Rocinha dar o treinamento e vamos começar a tratar os pacientes asmáticos da unidade. Com a palavra a secretária Maristela Macedo acrescentou que este é o projeto que foi informado e que agora conta no tratamento à medicação, exames para um período de um ano e depois damos continuidade na medicação que for necessária. Aproveitou e agradeceu a conselheira Beatriz Bonini pela participação na inauguração da unidade de saúde do Campinho. Com a palavra a conselheira Beatriz Bonini deixou que ficou ótima as instalações reformada unidade e alegou que não poderia deixar de ressaltar que achou justa a homenagem ao Dr. Tambelini que foi uma pessoa que contribuiu muito pela saúde pública no município de Guaratinguetá. **Ordem do Dia: A-) CGL**: Com a palavra a conselheira Dilene Martins desejou bom dia a todos e alegou que o CGL tem sido um problema sério, que precisamos resolver, pois terminamos a gestão com uma cadeira vaga sem ter o representante dos usuários. Foi aprovada na conferência da saúde

e ficamos de resolver essa questão. Deixou que foi solicitado uma fala da Dra. Fabiana Marongio que foi marcado para o dia nove de maio para que pudéssemos conversar, foi passada documentação para mesma, o regimento do CGL, deixando que não sabe quem o redigiu, foi encontrado algumas falhas e foi pedido para que fosse verificado, diante da lei que rege o CGL. Alegou que contatou os delegados da conferência que demonstraram interesse em participar do CGL, porém até agora não obteve resposta do jurídico. Expondo as datas que tentou contato com a Dra. Fabiana Marongio e a presidente Maria Cecília alegando ser sem sucesso. Ressaltou que o CGL é uma questão que está envolvendo a paridade que é lei que rege de instancia federal e municipal e foi aprovada e exige, deixando sua indignação por encontrar tanta dificuldade para resolver esse problema, sendo que cabe a nós do conselho municipal estarmos articulando o CGL, segundo o regimento. Foi aprovado como proposta na conferência e agora temos resolver essa questão, exigindo uma resposta da presidente e da Dra. Fabiana Marongio que compõe a mesa diretora. Com a palavra a presidente Maria Cecília disse que ao chegar a ela a solicitação sobre a paridade foi justamente de que caso não exista o CGL, seja substituída a representatividade. Levantamos essa hipótese, pois não podemos ter representante de algo que não existe. Com a palavra a conselheira Dilene Martins rebateu que foi aprovado como proposta na conferência municipal de saúde a criação do CGL. Com a palavra a secretária Maristela Macedo acrescentou que a criação de CGL não precisa de aprovação em conferência, ele existe por força de lei do conselho municipal. Propôs-se a ajudar e até indicou algumas unidades, porém existe uma falta de interesse da população. Com a palavra a conselheira Dilene Martins alegou que está em contato com alguns munícipes que demonstraram interesse, o que está barrando é o jurídico, pois precisa da lei. Com a palavra a secretária Maristela Macedo questionou que lei que é essa que a conselheira Dilene cita, pois tem trinta e seis anos de estado e alegando que o regimento cada um faz o seu, cada conselho gestor local redige o seu regimento, porque cada um terá sua particularidade, o que precisa é arrecadar as pessoas para montar o CGL, eu ofertei algumas unidades em que as enfermeiras são comprometidas e abririam as unidades para realizar essas reuniões, até mesmo com a participação de alguns funcionários, o que precisa é a participação popular. A unidade onde a população demonstrar interesse podemos reunir e montar o primeiro CGL e assim por diante. E se pegar um modelo de regimento de CGL podem olhar e redigir o próprio entende que a dificuldade é arrecadar pessoas. Pediu para a conselheira Dileen Martins informar por qual unidade quer dar o início ao CGL que terá total apoio. Com a palavra a conselheira Dilene Martins alegou que a secretária demonstra estar com ironia, deixando que está organizando com os delegados interessados, dentro do que foi conversado, levantou os munícipes para participarem, estamos querendo ir nas unidades para fazer os acertos, mas segundo o que foi falado, esse tinha um regimento geral e ninguém me deu resposta, caberia a quem me dar essa resposta a não ser o jurídico, que não levantou a lei e tem dois meses, que não foi consultado, não foi visto e nem informado. Com a palavra a conselheira Fernanda Muriano alegou que não precisa dificultar, compreende a ótica da Dilene e da secretária Maristela e acredita que a dificuldade está na construção do regimento, a secretária acabou de falar que ela pode ajudar na elaboração, então se reúna e ela encaminha alguém para contribuir. Com a palavra a conselheira Dilene Martins alegou que compreendeu a fala da secretária e deixou que não está aceitando a falta de consideração do legislativo. Com a palavra a conselheira Fabiana Marongio pediu a gentileza para que a conselheira Dilene não chamasse sua atenção alegando que não presta serviço diretamente a ela, afirmou que colocou muito bem quando houve a conversa que essa questão fosse trazida para o conselho, para falarmos abertamente, afirmando que está no COMUS representando a OAB, porém seu trabalho não é ser chamada de canto

determinando o que eu devo fazer, até mesmo pedindo para eu ir ao ministério público falar que não tem médico, alegando não estar como conselheira para isso, está sim representando a OAB e fui muito clara para trazer a questão ao pleno do conselho. Questionou o que estava acontecendo e se a mesma deveria ter prazo para cumprir o que a conselheira manda, deixando que não tem que fazer nada quando foi pega de canto, longe dos demais conselheiros ordenando que seja feito algo, portanto pare de falar o meu nome e transferir a responsabilidade, sendo minha que não é culpa por não estar pronto. Para início de conversa alegou que não mais fará o que foi solicitado. Com a palavra a conselheira Dilene Martins justificou que não está cobrando e esse assunto quem não participou da conversa não participou porque não quis, pois estava agendada a conversa pelo grupo do COMUS. O que foi conversado entre nós na sede do COMUS, todos e qualquer conselheiro poderiam estar participando, se não presenciaram foi porque não tiveram interesse. Afirmando que realmente não há necessidade de ser feito nada a ela em particular, porém deixou que deveria ter sido informada caso o jurídico não tivesse interesse em resolver a questão. Com a palavra a presidente Maria Cecília informou que foi notificado pelo ministério público, sobre o cadastro dos conselheiros da AUDESP, com prazo a ser respondido, com urgência e tivemos respaldo do jurídico, ao meu entender está transferindo uma responsabilidade ao conselho que não é nossa função, a formulação do regimento do CGL. Com a palavra a secretária Maristela Macedo acrescentou que o CGL é uma obrigação do conselho municipal, toda obrigação é compartilhada e eu ofereci várias vezes às unidades de saúde para resolver esse problema, o conselho vai, arrecadam as pessoas, agendamos um dia e horário, se o problema é elaborar o regimento me proponho a ajudar, cada CGL possui o seu regimento. A dificuldade realmente é a participação da população, se arrumar as pessoas, me avisem que eu vou ajudar a funcionar. O que não dá é para ficar nessa discussão por algo que dizem ter o mais difícil que é o interesse da população. Com a palavra a conselheira Elizabeth Martins colocou que como conselheiros temos o direto de pedir consultoria de assuntos que não temos acesso, como parte financeira, jurídica, quando surgir qualquer dúvida o conselho tem o direito de solicitar uma consultoria específica. Deixou que como conselheiros representam um segmento da sociedade e não estamos a disposição do conselho para responder perguntas específicas da nossa área. O conselho gestor local, no período de minha experiência, não funcionou quando era delegada a reponsabilidade a enfermeira das unidades, elas possuem muito trabalho para assumirem mais, portanto precisamos elaborar com calma o CGL, construir o regimento e delegando a responsabilidade para um funcionário da unidade, não a enfermeira devido a sua alta demanda de trabalho. Com a palavra a secretária Maristela Macedo acrescentou que quer deixar registrado em ata sua disponibilidade em colabora com a elaboração do CGL, quando tiver um grupo de pessoas interessadas que seja comunicado, verifiquem o dia e horário, melhor para a população, afirmando que cede o local, afirmando podendo contar com a mesma e sua equipe para ajudar na elaboração do regimento. **B-) Reformulação da Comissões:** Com a palavra a presidente Maria Cecília deu continuidade informando que foi feito a reformulação das comissões deste conselho e fez a leitura da mesma para a ciência do conselheiros, colocando que caso algum conselheiro não esteja de acordo seja comunicado a mesa diretora, abriu para questionamentos e colocações. Com a palavra o conselheiro André Monteiro sugestionou que em relação às comissões seria importante pelo menos a cada trimestre se reunirem evitando problemas, deixou que particularmente repensa em participar das reuniões do COMUS, pois tudo que se resolve em plenária, ao que se refere a Santa Casa, UPA e SAMU, o ministério público questiona quinze dias depois, então vou responder somente ao ministério público. E acredita que um respaldo seria todos os contratos, propostas passarem para análise das comissões, isso é uma falha que

acontece no conselho. Algumas questões são vícios operacionais, que gera problema para todos, somos todos voluntários, desprendemos de nosso tempo e não da para ficar vindo para plenária e não conseguir resolver. Deixou a importância de a reunião começar e terminar dentro do horário, caso o tema não esteja na pauta, que seja respeitado e inserido na pauta da próxima reunião. Em relação a comissão acredita ter a acrescentar de ter realmente uma periocidade, dos novos planos e contratos passarem pela comissão, pois quando chegarmos à plenária temos a avaliação e parecer da comissão, pois o maior prejudicado depois acaba sendo o prestador e a prefeitura, e se o ministério público for questionar alguém, que questione a comissão que deu o parecer favorável. Igual à questão do SAMU, após o parecer, se tiver o problema, é só entregarmos. A Santa Casa não ganha um real do SAMU e da UPA e só leva críticas, não está bom para vereador, não está bom para ninguém, onde fica complicado realmente a saúde pública em Guaratinguetá, pois nada está bom. Hoje estamos colocando o terceiro pediatra por demanda de síndrome gripal, seis por cento da nossa demanda diária é de convênio, porque ninguém denuncia no ministério público que as operados de saúde do Brasil não estão com atendimento pediátrico. Com a palavra o conselheiro Dr. Marcus Vinícius acrescentou que em sua ótica a questão não é tirar ou jogar em cima da comissão, a comissão fará uma avaliação geral. Porém, existem pessoas que não tem condições técnicas nenhuma de avaliar qualquer procedimento seja feito pela prefeitura ou prestador, então a comissão dará a opinião inicial, caso não veja nada de problemas, caso o apresentado esteja tudo dentro dos conformes, mas falar que o ministério público vá para cima da comissão e não do prestador, não está certo. Com a palavra o conselheiro André Monteiro deixou que concorda, sempre chegará ao prestador, se referiu a um parecer da comissão, evitando a discussão na hora de votar. Com a palavra o conselheiro Marcus Vinícius deixou que a parte das operadoras que existem problemas de médico em todos os cantos, se o munícipe está procurando a UPA , pode ser por ser mais fácil de logística, transporte, ou outro motivo. Podemos falar que o Hospital Frei Galvão fechou o pronto atendimento de pediatria, hoje não temos uma maternidade montada em Guaratinguetá a não ser a UPA, então a gestante começa com contração ela liga para o SAMU e leva para o atendimento do serviço público e não leva para o serviço privado, se você pegar uma criança com crise asmática o SAMU não vai levar ao CEPOG, levará a paciente até a UPA. Com a palavra a secretária Maristela Macedo explanou que o SAMU não leva porque gestor do CEPOG não aceita, a UNIMED de Lorena é a única que aceitou e autorizou receber o paciente do SAMU, para poder colocar o CEPOG na grade do SAMU, o gestor tem que assinar, se não quem responde é a secretaria de saúde, deixou que não esta acusando o gestor do CEPOG, pois ele disse que esta tentando diluir seus problemas para poder aceitar, isso que foi sugerido não levar a classificação vermelha, somente levaria a classificação azul e verde. Com a palavra o conselheiro André Monteiro externou outras questões como, por exemplo, ao chegar ao hospital da UNIMED à inelegibilidade da carteirinha não está viável, retornando com o paciente para UPA, fazendo do serviço de transporte um "SAMUBER". O problema do privado que temos essa experiência em Lorena, no entanto, que reduziu as ocorrências disso, pacientes que são atendidos pelo SAMU de Lorena e são encaminhados para a UNIMED de Lorena, no início tendo problema com a falta de inelegibilidade. Afirmando que o intuído de sua fala não é tirar a responsabilidade de ninguém, o COMUS é uma chancela, podendo votar errado também, portanto se as comissões existem é uma chancela a mais. Opinião como estamos em democracia é importante cada um expressar a sua, por exemplo, se eu não me sentir apto para analisar uma conta da comissão de finanças, obviamente a presidente é uma pessoa com aptidão para isso, preciso me colocar para a comissão de finanças a minha dificuldade, não assinando algo que eu não tenho o mínimo de

conhecimento, então na realidade o intuito é para que as reuniões sejam produtivas, passando pela comissão para poder deliberar. Com a palavra a presidente Maria Cecília deu continuidade informando aos conselheiros que precisamos atualizar os dados dos mesmos e que passaria a relação desses dados no grupo e pediu para que todos contribuíssem preenchendo o mais brevemente possível. Com a palavra a presidente Maria Cecília abriu para mais colocações, e não havendo nada mais a tratar, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às dez horas e quarenta e oito minutos, lavrando-se a presente ATA que vai assinada por mim Maira Regiane de Almeida que secretariei e pelos demais membros.